

Apresentação do Dossiê

Questão Urbana, os sujeitos dos territórios populares e a luta pelo direito à cidade

<http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0300>

A cidade é o lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória (Harvey, 2014, p. 134).

O geógrafo britânico David Harvey, um dos maiores expoentes do debate sobre o direito à cidade, é contundente ao assinalar a quantidade de textos e representações sobre o caráter da vida em cidade, ou sobre o que seria esta vida comum urbana, atravessada por um conjunto extraordinário de elementos, não necessariamente harmônicos, mas definitivamente contundentes sobre o destino de todos, todas e todes.

Apesar dessa diversidade e dos mais profundos desejos de quem vive nas cidades, estes são cravados por aquilo que o geógrafo denomina de tentativa de maximização das vantagens, isto é, a propriedade privada, historicamente transformada em condição *sine qua non* de nossa existência, toma de maneira arrebatadora o domínio sobre os usos do solo urbano, criando um problema de enorme proporção, principalmente porque as cidades se tornam o principal modo de viver no contemporâneo, melhor, o principal e a mais adensada forma de viver.

Já apontava Dardot e Laval, num ensaio sobre os comuns, que

[...] ‘Viver juntos’ não é, como no caso do gado, ‘passar juntos no mesmo lugar’, assim como não é pôr tudo comum, mas é ‘pôr em comum palavras e pensamentos’, é produzir, por deliberação e legislação, costumes semelhantes e regras de vida que se aplicam a todos que buscam um mesmo fim (Dardot; Laval, 2017, p. 26).

Como desejo, soa bem interessante, mas que vida comum pode ser esta, dominada pelas distintas formas de mercantilização do solo urbano, que se materializa em condições tão díspares de vida social nas cidades?

O viver coletivo na cidade tem total relação com a perspectiva defendida por Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês que apresenta a cidade como uma obra de muitos. Para ele,

O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro) (Lefebvre, 2000, p. 12).

Nesse veio condutor proposto pelo intelectual francês, a cidade configura-se como uma extraordinária produção da sociedade humana, um artefato tão imponente e, ao mesmo tempo, tão dinâmico, e que traduz o modo como nos organizamos socialmente, explicando nossas existências. Contudo, ao olharmos para essa obra humana vemos contradições, tensões, conflitos, dentre esses, explicitamente entre valor de uso e valor de troca, estabelecido por uma lógica de acumulação do capital que impõe a produção de riquezas às formas outras de uso da cidade, como por exemplo, a festa, o encontro, as sociabilidades mais espontâneas ou menos encapsuladas pela ordem econômica.

Analisar a cidade e o fenômeno urbano (aqui entendido como uma forma de organizar a sociedade que extrapola os limites da própria cidade) adquire ainda mais significado neste contexto em que a vida humana é confrontada e ameaçada pela miséria, por desprezo ao conhecimento científico e pelo ressurgimento de ideais de corte fascista. Um discurso de urbano e de problemática urbana pode estar calcado na limpeza étnica, na perspectiva elitista ou pode se tornar uma bandeira pela igualdade de direitos, dentre estes o direito à cidade. Reiteramos Arantes, Vainer, Maricato (2013) ao assinalarem que uma concepção urbanística pode se constituir numa ideologia de cidade em que as funcionalidades sociais, políticas, econômicas e culturais sejam capturadas por um viés

funcionalista, algo que muitas vezes encontramos nos modelos de arquitetura, que vê o espaço urbano como um palco e suas partes como que cumprindo um papel numa dinâmica, numa engenharia, mas que hegemoniza um padrão de urbano.

Então tomam-se as cidades a partir do mercado, isto é, como polo onde os processos de produção-circulação e consumo se consolidam. Também é comum classificá-las como o espaço por excelência da gestão, da administração político-administrativa. Por outro lado, ainda, as cidades expressam uma historicidade, posto que acumulam tempos e espaços que vão se transformando e conformando os sujeitos que nelas habitam. Porém, o quanto esta cidade incorpora com dignidade todos os seus moradores?

Cada um e cada uma tem experiência singular nas cidades. A mobilidade urbana, por exemplo, não é a mesma para todos. Se pensarmos ainda neste Brasil de dimensões continentais, falamos de arranjos espaciais e sociais muito distintos. Entretanto, ainda que pensemos exclusivamente uma única cidade ou aglomerado urbano, as vivências de circulação demonstram que existem variadas restrições impostas por distâncias que não podem ser ultrapassadas por vários motivos e, que lamentavelmente, impactam o pertencimento dos sujeitos à cidade. Muitas vezes, chegamos até a desconhecer completamente as muitas vivências de cidade que coabitam o mesmo espaço urbano.

Isso posto, este dossiê se propôs a pensar nessas muitas vivências urbanas. Trata-se de uma construção feita a muitas mãos, articulada por docentes da área do Serviço Social e da Geografia e conduzida pela Revista PerCursos. Aqui, reunimos reflexões teórico-metodológicas, análises, pesquisas e experiências a respeito do processo de desigualdade socioeconômica que caracteriza o uso e a ocupação do solo em territórios populares urbanos do país. Explicitando o esforço intelectual empreendido por pesquisadores, que de seus recortes teóricos, temporais e espaciais, tentam observar as consequências de um processo tecido no bojo do desenvolvimento capitalista, desigual e combinado, que tem efeitos contundentes sobre os mais pobres.

As mediações traçadas reforçam a compreensão de que a crítica acadêmica à lógica hegemônica do capital deve considerar as diferentes dimensões da vida cotidiana

Apresentação do Dossiê “Questão Urbana, os sujeitos dos territórios populares e a luta pelo direito à cidade”
Eblin Farage, Francine Helfreich, Mário Pires Simão, Joana Valente Santana

dos/as trabalhadores/as residentes nos espaços marcados pela desigualdade, seja esta de caráter social, territorial, racial ou de gênero. Agrega-se ainda, a conjuntura de retrocessos das políticas públicas e sociais, de desinvestimento estatal em áreas essenciais, que caracteriza o processo de refuncionalização do Estado a partir das contrarreformas e o recrudescimento do conservadorismo com traços de fascistização presentes na vida da sociedade.

Em meio à realidade de aumento do pauperismo, da fome, da miséria, do desemprego e do subemprego, em articulação com a dimensão do território, do cotidiano e do direito à cidade, este dossiê se propõe a provocar algumas reflexões. Apresentamos ao leitor 15 artigos, selecionados entre tantos outros que nos foram enviados. São produções com muita qualidade, que entendemos cumprir a função acadêmica de trazer aporte teórico-conceitual relevante para a leitura das diferentes realidades urbanas do País, bem como para realizar o necessário tensionamento a respeito da cidade e do urbano na perspectiva dos grupos populares.

Em “A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP”, Gustavo Nagib e Katia Atsumi Nakayama abordam a lógica socioespacial fragmentária que caracteriza a produção do espaço urbano no País, tomando como referência uma pesquisa realizada com moradores de Presidente Prudente/SP, que residem em condomínios verticais que compõem um dos mais recentes programas de habitação popular em escala nacional, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), demonstrando o quanto este tipo de proposta habitacional afeta as condições de habitabilidade e de apropriação da vida urbana para essas pessoas.

Dialogando ainda em torno do PMCMV, em “Cooperativismo habitacional e luta por moradia no Rio de Janeiro: duas experiências autogestionárias em Jacarepaguá”, Geisa Elmokdisi Pedrosa Bordenave discorre a respeito da luta por moradia e por autogestão na habitação, especificamente na região de Jacarepaguá, numa iniciativa desse programa na região. Essa pesquisa corresponde à tese de doutorado em Ciências Sociais, na UERJ, que depois foi desdobrada em pós-doutoramento.

Quem planeja a cidade? Como os diferentes sujeitos sociais podem ser mobilizados

para garantir uma cidade mais justa e democrática? Essas são perguntas que estão no cerne da discussão realizada por Débora Reis Leal de Lima, Daniel Wagner Heinig, Hilda Alberton de Carvalho e Christian Luiz da Silva no artigo “Participação popular nos processos de planejamento urbano: Uma revisão sistemática dos desafios e das oportunidades”; por Sandra Helena Ribeiro, Gizele Cristina Carvalho dos Santos e Taynáh de Nazaré Argolo Marinho em “O direito à cidade nos territórios populares em Belém – PA”; assim como é estudado por Eliane Barbosa Santos Pagani, Elisa Roberta Zanon (in memoriam), Ideni Terezinha Antonello, Léia Aparecida Veiga, Sandra Maria Almeida Cordeiro, no artigo “Participação e controle social: o caso do ConCidade de Londrina/PR”.

Débora, Daniel, Hilda e Christian, com base numa varredura em estudos que versam a respeito dos planos diretores e suas contradições nas cidades brasileiras, indicam o padrão tecnicista e o viés estadocêntrico que orienta o planejamento desses planos, demonstrando os conflitos de interesse entre os diversos sujeitos políticos da cidade e as dificuldades encontradas pelos movimentos populares urbanos para fazer uma participação qualificada, com incidência política sobre aquilo que se decide para as cidades.

Sandra, Gizele e Taynáh recorrem aos movimentos sociais urbanos de Belém/PA através de ações extensionistas da UFPA, revelando o que as autoras denominam de novos formatos organizativos de luta urbana, em que as dimensões de gênero e étnico-raciais ganham visibilidade para a agenda de afirmação de direitos à cidade.

Saindo do norte do Brasil e vindo para o sul, Eliane, Elisa, Ideni, Léia e Sandra salientam os avanços da política urbana no processo de democratização do País, a partir da Constituição Cidadão de 1988, destacando o Estatuto da Cidade de 2001, a criação do Ministério das Cidades em 2003 e a formação do Conselho de Cidades em seguida. Para as autoras, a participação social se torna um elemento constitutivo da democracia brasileira, muito embora alertem para a ainda frágil atuação dos segmentos populares na construção de direitos sociais.

Flávio Julio Felix da Silva e André Santos da Rocha trazem ao leitor o debate sobre a mobilidade urbana e o fazem a partir das condições de um dos transportes mais

importantes para pensar as regiões metropolitanas, isto é, o transporte ferroviário. Em “As condições cotidianas na periferia: um olhar a partir do ramal de trem de Belford Roxo”, os autores discutem o quanto a realidade do morador dos bairros periféricos das regiões metropolitanas do Brasil é afetada pelas péssimas condições de transporte, que atingem agressivamente o tempo, a saúde e as estratégias de reprodução social da vida dessa fração expressiva da população urbana e peri-urbana.

No rol de debates aqui não poderíamos deixar de fora as abordagens sobre os sujeitos periféricos, entendidos não simplesmente a partir da relação topológica no tecido urbano entre o centro e a periferia, mas reconhecendo os sujeitos outros, periféricos por sua cor, por sua classe social, por sua condição de gênero, ou por comporem as parcelas da população em que a espacialidade é atravessada pelo desafio da inclusão da diversidade.

Assim, em “A cor das ruas: o racismo e a população em situação de rua no Brasil”, Elaine Teixeira Alves dos Santos, Fernanda de Oliveira Sarreta e Bruno César Oliveira Guilherme refletem sobre as populações em situação de rua e como isso está diretamente vinculado à história das populações negras no Brasil. Para os autores, uma retomada histórica é fundamental porque a efetivação de direitos requer reparação, requer reconhecimento das lutas e resistências dessas populações.

“‘Aviso para os baianos’: estigma e preconceito aos novos imigrantes em Brusque”, Tafarel Cassaniga e Glaucia de Oliveira Assis discorrem sobre os enfrentamentos cotidianos do migrante nordestino num município de colonização alemã, no Estado de Santa Catarina. Os pesquisadores recorrem a entrevistas com estudantes de uma escola, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e as narrativas levantadas revelam os olhares discricionários dirigidos a essa população.

Patrícia dos Santos Dias e Eugênia Maria Dantas nos desafiam a pensar além dos padrões sociais dominantes quando propõem o artigo “‘Geografia do silêncio’: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo”. As autoras discutem uma mudança paradigmática quando o debate urbano considera as pessoas com deficiência auditiva, ou seja, quando esses sujeitos, com suas necessidades, desejos e

liberdade de ir e vir são valorizados na política urbana. Certamente, estamos ainda muito longe disso, mas há uma mudança expressiva em curso que subverte completamente o velho entendimento de que as deficiências incapacitam as pessoas de exercitarem seu direito à cidade.

“A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe”, artigo de autoria de Daiane da Silva Pacheco Nery, contrapõe as bases patriarcais e racistas do capitalismo, salientando como múltiplas opressões e desigualdades se entrecruzam no acesso à moradia e ao conjunto de direitos de mulheres negras. São várias as camadas de opressão que são apresentadas pela autora, que reivindica em seu texto uma espécie de planejamento insurgente como princípio de uma sociedade mais justa para fortalecer a luta coletiva em prol da reivindicação do uso do solo urbano.

Caroline Rodrigues da Silva, no texto “O papel dos sujeitos coletivos para o entendimento da militarização da cidade como política de Estado”, aborda a militarização das cidades como política de Estado, demonstrando a partir do caso da região metropolitana do Rio de Janeiro, como essa dinâmica se relaciona com a apropriação do espaço urbano por uma lógica capitalista.

Similarmente, Caroline Matias Gabriel, analisa as disputas territoriais por grupos civis armados, ligados ao comércio varejista das drogas e sua atuação numa comunidade em Vitória. Para a autora de “Território e luta por direitos a partir do Morro da Piedade, em Vitória (ES)”, esse cenário é indispensável para pensar a relação que o Estado estabelece com as comunidades populares, por vezes marcada por distintas violações de direito do próprio Estado, que a princípio, deveria proteger as populações mais vulneráveis, mas as encara como parte do que considera “exército inimigo”.

Alexandre Paulo Loro e Giuliano Gomes de Assis Pimentel trazem à baila o lazer. Em “A criação do Lago de Itaipu como território fluvial de práticas e discursos de lazer canônico e desviante”, os autores salientam como o território fluvial é privatizado com a construção da Usina Binacional de Itaipu, restringindo os diversos usos de lazer dos moradores da região. No lugar da liberdade do uso, impõem-se limites de um

Apresentação do Dossiê “Questão Urbana, os sujeitos dos territórios populares e a luta pelo direito à cidade”
Eblin Farage, Francine Helfreich, Mário Pires Simão, Joana Valente Santana

empreendimento de caráter turístico e mercadológico, ao qual os autores, então, apresentam as formas de lazer desviante, transgressores, realizados pelos locais.

Também no sul do Brasil, Luis Carlos Ribeiro Stephanou e Rogério Leandro Lima da Silveira recuperam no artigo “Aqueles gramados acolhedores - Memórias futebolísticas de um processo de construção de identidade social”, a importância do futebol como forma de organização de identidades num bairro pobre da periferia de Porto Alegre – RS. Para os autores, o direito à cidade deve incorporar a possibilidade de os sujeitos periféricos serem protagonistas na construção de suas práticas socioculturais, ou seja, o reconhecimento das periferias como celeiros de produção cultural do País.

Por fim, Vinícius Silveira Luz, autor de “Periferias e segregação urbana em Florianópolis: um estado da arte a partir da História”, traz um estado da arte dos principais trabalhos acadêmicos sobre periferia urbana e segregação urbana em Florianópolis. No tratamento dos dados levantados, o autor desenvolve uma análise sobre formas e conteúdos que compõem a temática, uma metodologia de pesquisa que pode ser replicada em outros lugares para nos ajudar a pensar, propor e agir sobre as cidades e suas periferias.

Estamos certos de que o dossiê traz abordagens e proposições relevantes para pensarmos a cidade sob a ótica dos grupos populares, das margens do grande capital dominante. Esperamos que os/as leitores/as possam aprofundar seus conhecimentos, aguçar sua criatividade e estimular ainda mais seu compromisso com a luta urbana pensando no desafio de fazer a cidade se tornar aquilo que desejamos, transformando nós mesmos em melhores versões do que somos, nos fortalecendo na construção de outra sociabilidade humana.

Referências

ARANTES, Otilia; WAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Ensaio sobre a revolução no século XXI**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

Apresentação do Dossiê “Questão Urbana, os sujeitos dos territórios populares e a luta pelo direito à cidade”
Eblin Farage, Francine Helfreich, Mário Pires Simão, Joana Valente Santana

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

Professora Dra. Eblin Farage

Universidade Federal Fluminense - UFF, Brasil

Professora Dra. Francine Helfreich

Universidade Federal Fluminense - UFF, Brasil

Professor Dr. Mário Pires Simão

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Brasil

Professora Dra. Joana Valente Santana

Universidade Federal do Pará – UFPA, Brasil

Organizadores

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Revista PerCursos

Volume 24 - Ano 2023

revistapercursos.faed@udesc.br